

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 1

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O Brasil foi o único país da América do Sul a participar da Primeira Guerra Mundial, tendo sido a justificativa oficial para a sua entrada no conflito a política tradicional de amizade com os EUA e a solidariedade continental em um momento crítico na história do mundo. Ao ter decidido associar-se à coalizão que viria a ser vitoriosa nos campos de batalha, o Brasil procurava evitar arcar com os custos de um tratamento discriminatório por parte de seus tradicionais parceiros comerciais, na expectativa também de vir a obter em troca algum tipo de apoio ou recompensa no futuro.

A diplomacia brasileira na Conferência da Paz de 1919 foi permeada pela defesa dos direitos das potências menores, a fim de combater o comportamento das principais potências aliadas de alijarem os demais países do processo de tomada de decisões, tendo, concomitantemente, aspirado à conquista de um *status* equivalente ao das grandes potências, com a esperança de ver o Brasil projetar-se com destaque na arena internacional.

O contato entre as delegações brasileira e norte-americana em Paris foi baseado em estratégia de troca e ensejou uma política de auxílio recíproco, tendo como pontos, de comum acordo, a definição e o nome da organização, o apoio dos EUA ao pleito brasileiro sobre não aceitar a partilha dos navios alemães na proporção das perdas marítimas de cada país e a indicação do Brasil como membro temporário no Conselho da Liga das Nações.

Como exemplos da atuação da diplomacia brasileira na Liga das Nações, podem ser citadas: representação tácita de todo o continente americano, por ser o Brasil o único país do continente americano a participar da Liga; participação na Corte Permanente de Justiça Internacional, a qual buscou conciliar a aplicação do princípio da igualdade jurídica dos Estados e as exigências práticas para uma boa administração da justiça; e proposta para aumento dos membros do Conselho Permanente que incluísse o Brasil.

Quanto à pretensão brasileira pelo assento permanente no Conselho da Liga das Nações, devem ser citados aspectos relacionados aos objetivos da política interna e externa do governo Artur Bernardes de obter o assento permanente do Brasil no Conselho da Liga das Nações, a tentativa frustrada com a fórmula Brasil-Espanha (1923), a proposta de suplência dos EUA no Conselho (1924) e a expectativa de obter o assento permanente por meio do reconhecimento e da recompensa por serviços prestados (1925).

A opinião pública nacional não se sentia atraída pela discussão da sorte do Brasil na Liga das Nações, senão esporadicamente, situação que começou a mudar em 1925, quando Assis Chateaubriand passou a fomentar um debate crítico sobre a conveniência ou não de o país pertencer à Liga. Em resposta, o governo brasileiro enviou aos institutos de ensino do país uma propaganda, na forma de um apelo à juventude brasileira, em favor da Liga das Nações, promoveu uma série de conferências sobre a Liga na Sociedade Brasileira de Direito Internacional e inaugurou uma seção especial para a Liga dentro do Ministério das Relações Exteriores.

Importante mencionar o Acordo de Locarno dos países europeus com a Alemanha e suas principais consequências, uma vez que a sua assinatura significou o efetivo fim da Primeira Guerra Mundial; o pleito da Polônia de obter um assento permanente na Liga das Nações e o embate com a Alemanha; bem como a última tentativa fracassada do Brasil de obter um assento permanente na Liga das Nações, o que culminou na sua saída em 1926.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 2

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre o escravismo no Brasil ao longo do período imperial, caracterizado por diferentes formas — manifestações peculiares e usos de trabalho escravo: trabalho escravo nas lavouras, trabalho escravo nas cidades; escravos de ganho; escravos domésticos; formas de manumissão do cativo —, especificando cada uma delas.

Espera-se, ainda, que o(a) candidato(a) mencione que, ao longo do período imperial, muitos debates surgiram sobre as medidas políticas que procuravam tanto diminuir a escravidão e extinguir o tráfico de escravos quanto, ao mesmo tempo, permitiam a continuidade do regime escravista no Brasil. Deve-se considerar o quão importantes foram as leis e o processo do fim do tráfico, tais como: a pressão inglesa, a Lei de 1831, a Lei Bill Aberdeen em 1845, o projeto Barbacena de 1837 e a Lei Eusébio de Queiróz de 1850.

Espera-se, também, que o(a) candidato(a) argumente que os escravizados não foram apenas passivos na vivência de sua história e que eles participaram ativamente de vários movimentos e levantes. É importante frisar que as revoltas acontecidas no Brasil contaram com a participação de cativos e que estes levantavam a questão escrava ao longo do século XIX. Entre os levantes mais significativos, citam-se Cabanada (1832-1836), Revolta dos Malês (1835), Farroupilhas (1835-1845) e Balaiada (1838-1841). Por fim, foi fundamental o movimento abolicionista e a atuação de seus principais atores e suas medidas que visavam interferir na política sobre o tema. Exemplifica-se nesse movimento a atuação de pessoas, como Luiz Gama e José do Patrocínio, das associações abolicionistas e a formação de uma opinião pública abolicionista por meio da imprensa.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 3

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Existem duas fases do processo de rompimento da independência que devem ser diferenciadas e com base nas quais devem ser desenvolvidas as análises: a fase nacionalista, sob o comando de José Bonifácio, que converteu à causa o próprio príncipe D. Pedro; e a segunda fase, conhecida como contrarrevolucionária, após a queda de José Bonifácio, em 1823, com a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa e com levantes contra o autoritarismo do imperador.

Entre os fatos que contribuíram para o rompimento político-jurídico, estão a criação do Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, a convocação da Constituinte, a anistia para as passadas dissensões políticas, a imposição do “cumpra-se” às leis portuguesas, a exclusão dos funcionários portugueses nomeados para cargos no Brasil e a organização dos ministérios de Estado. Também podem ser citados e analisados o confisco dos bens dos portugueses que não aderiram à independência, a expulsão das tropas portuguesas, a proibição do comércio bilateral e a admissão de navios estrangeiros sem certificado do cônsul português no país de origem.

Os fatos que contribuíram para o rompimento militar incluem a guerra da independência, que ocorreu de diferentes formas no território brasileiro; o plano estratégico de defesa, que pode ser dividido em medidas de caráter político, com alianças externas, institucional, com a criação do Exército e da Marinha nacionais, e operacional, com recrutamento, treinamento, deslocamento e contratação de oficiais estrangeiros e aquisição de armas. Pode-se mencionar, também, que as forças brasileiras se organizaram e cresceram rapidamente com participação popular espontânea, recrutamento de pessoas escravizadas e homens livres.

Quanto ao aspecto diplomático do rompimento, podem ser citados e analisados fatos, como o Manifesto às Nações Amigas, de 6 de agosto de 1822, as instruções fornecidas aos negociadores brasileiros e o bloco de tratados firmados entre 1825 e 1828. Também podem ser mencionadas as negociações pelo reconhecimento da independência por países da América Espanhola, pelos Estados Unidos da América, pelo Reino Unido e pelas demais nações europeias, em particular Portugal.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 4

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Durante o Estado Novo, instaurado por Vargas, as composições do período solidificaram a linguagem do samba como traço da cultura brasileira. Houve, nesse processo, a institucionalização do carnaval como a mais importante festa popular e a consolidação do rádio como veículo de comunicação de massas. Tal política contou com a participação de grandes compositores da época, como Ary Barroso, Ataulfo Alves, Dorival Caymmi, Nelson Cavaquinho, entre outros, e com a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O Estado Novo procurou tratar a cultura como assunto de Estado. Escritores, jornalistas, artistas e intelectuais — Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos — produziram obras que permitiam a construção de uma nacionalidade que valorizou a cultura popular e a mistura de elementos culturais oriundos de várias regiões do país. Nesse sentido, a mestiçagem cultural — na dança, na música, na culinária e na religiosidade — deixou de ser considerada algo negativo e passou a representar algo elogioso da identidade do país. Podem-se abordar, inclusive, os estímulos dados pelo governo à música (particularmente a música coral) e à valorização de aspectos folclóricos e regionais, como bem transparece na produção de Villa-Lobos.

A Era Vargas foi contemporânea da política de boa vizinhança do governo de Franklin Roosevelt, que investiu forte no cinema para estimular o pan-americanismo. Como resultado, Walt Disney veio à América do Sul e, ao seu regresso aos Estados Unidos da América, desenvolveu desenhos, como **Alô, amigos**, cuja música tema era **Aquarela do Brasil**, de Ary Barroso. Disney também criou o personagem Zé Carioca, inspirado nas anedotas que ouvira durante sua estada no Rio de Janeiro. À época, esse personagem projetou uma imagem positiva do Brasil no exterior e encantou os brasileiros, inclusive a família Vargas.